



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO – UAEDUC
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

VALÉRIA SOARES DE LIMA SOUSA

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
um estudo de caso na Associação Comunitária das Mulheres Produtoras
de Camalaú/PB

Sumé-PB

2014

VALÉRIA SOARES DE LIMA SOUSA



**ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
um estudo de caso na Associação Comunitária das Mulheres Produtoras
de Camalaú/PB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade Acadêmica de Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, sob orientação do Prof. Msc. Luiz Antonio Coêlho da Silva.

Sumé-PB

2014

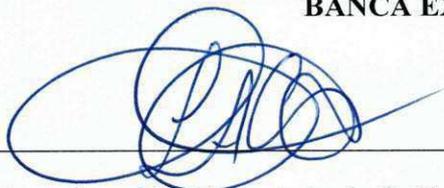
S725a	<p>Sousa, Valéria Soares de Lima</p> <p>Associativismo e desenvolvimento local: Um estudo de caso na Associação Comunitária das mulheres produtoras de Camalaú - PB. / Valéria Soares de Lima Sousa. - Sumé: [s.n], 2014. 39p.</p> <p>Orientador: Professor Dr. Luiz Antonio Coelho da Silva. Artigo Científico (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Tecnologia Superior em Gestão Pública.</p> <p>1. Associação Comunitária. 2. Gestão Pública. 3. Mulher - trabalho. 4. Desenvolvimento local. 5. Renda renascença - vestuário. I. Silva, Luiz Antônio Coelho da. II. Título</p> <p style="text-align: right;">CDU 35(045)</p>
-------	---

VALÉRIA SOARES DE LIMA SOUSA

**ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
um estudo de caso na Associação Comunitária das Mulheres Produtoras
de Camalaú/PB**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Unidade Acadêmica de Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Orientador – Msc. Luiz Antonio Coêlho da Silva

Nota (9.0)

Prof.Examinador 01 – Msc. Robson Fernandes Barbosa

Nota (9.0)

Prof. Examinador 02–Esp. Ezequiel Sóstenes Bezerra Farias

Nota (9.0)

Nota Final (Média)

Nota (9.0)

Aprovada em 15 de Abril de 2014.

RESUMO

O presente estudo tem como tema o associativismo como política pública de desenvolvimento local. Especificamente, configurando-se como um estudo de caso sobre as associações das mulheres rendeiras do cariri paraibano e sua vinculação com as políticas públicas municipais para o desenvolvimento local. O objetivo geral é analisar as práticas e ações da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB como formas de desenvolvimento local. Esta pesquisa se caracteriza como um estudo descritivo, exploratório, de natureza qualitativa e com a utilização da pesquisa bibliográfica, através de um estudo de caso, com a aplicação de entrevista aos associados. Como resultados têm-se que a associação possui um papel fundamental para o desenvolvimento local e para a vida das pessoas envolvidas neste processo, pois melhora a auto-estima, a valorização social e as suas finanças. Os ganhos sociais e econômicos desta associação são incalculáveis, já que transformam vidas, melhorando o bem estar da comunidade. Portanto, conclui-se que através de uma comunidade e de uma gestão pública eficiente engajada nos movimentos associativos teremos mais chances de vencer as desigualdades sociais e econômicas, transformando sobremaneira a sociedade.

Palavras-chave: Associativismo, Desenvolvimento local, Renda Renascença.

ABSTRACT

The present study has as its theme the associations as public policy for local development. Specifically, configuring it as a case study on the associations of women lace makers of Paraíba cariri and linking with local public policies for local development. With the overall goal is to analyze the practices and actions of the Community Association of Women Producers of Camalaú/PB as forms of local development. This research is characterized as a descriptive, exploratory study of a qualitative nature and the use of literature search, through a case study, with application of interviews to members. As a results have been that the association has a key to local development and to the lives of people involved in this process paper, it improves self-esteem social recovery and their finances. The social and economic gains of this association are incalculable, since transform lives by improving the welfare of the community. Therefore, it is concluded that through a community and an efficient public administration engaged in associative movements will have more chances to win social and economic inequalities, greatly transforming society.

Key-words: Associations, Local Development, Lace Renaissance.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local é atualmente considerado como o grande desafio face às desigualdades sociais que assolam as sociedades com baixa renda, menos empregos e elevados níveis de pobreza e com nível educacional precário. Sendo assim, assuntos como políticas públicas locais e sustentabilidade estão cada vez mais presentes nos debates sociais e acadêmicos como formas de minimização destas dificuldades, e assim, busca-se práticas que objetivem a sustentabilidade por parte do setor privado em ações de solidariedade e nas inúmeras iniciativas de organizações da sociedade civil.

Percebe-se que hoje em dia muitas pessoas e instituições governamentais buscam trabalhar a ideia do desenvolvimento local, o que proporciona aumento dos estudos sobre as economias regionais, locais e formas alternativas de associativismo. Portanto, estes estudos tentam explicar a sustentabilidade e um desenvolvimento econômico e sustentável como saída ao desemprego e aos problemas estruturais da sociedade.

As novas metodologias de trabalho da gestão pública questionam o fortalecimento da política pelas práticas centralizadoras, que até então serviam como horizontes para administração no país.

Neste contexto, distingue-se o local como um espaço favorecido para se pensar o desenvolvimento e nele a construção de espaços mais desatados para a articulação com o Estado e sociedade civil, para com isso se ter o envolvimento com o social local e pensar políticas para o desenvolvimento da região.

No entanto, o trabalho tem como tema central o estudo do associativismo, através de um estudo de caso atual sobre a Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB para o desenvolvimento local.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as práticas e ações da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB como formas de desenvolvimento local. Quanto aos objetivos específicos têm-se: Conceituar o associativismo e o desenvolvimento local; Demonstrar as práticas e ações da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú (ASCAMP) para o desenvolvimento local; e Explicar a importância da Renda Renascença para o desenvolvimento local.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho é classificada como descritivo-exploratória, de natureza qualitativa, pesquisa bibliográfica e através de um estudo

de caso, com aplicação de entrevista aos associados e com anotações no diário de campo da pesquisadora. Esta metodologia está dividida em duas etapas: a primeira diz respeito à pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos, trabalhos acadêmicos e *sites* da *internet*; e a segunda diz respeito à pesquisa de campo, onde o pesquisador teve a oportunidade de conhecer de perto a Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú (ASCAMP), localizada no cariri ocidental, na Paraíba.

Este estudo se justifica pela curiosidade da pesquisadora em conhecer melhor o mundo do associativismo e a história da Renda Renascença para o desenvolvimento local; renda essa que considerada delicada e de grande beleza. No âmbito acadêmico esta temática ganha respaldo devido à sua contribuição para estudos sobre o associativismo, políticas públicas e o desenvolvimento, temas bastante abordados pela academia e por estudiosos da área da gestão pública. Já no âmbito social, a notoriedade do tema recai sobre a importância de um terceiro setor atuante, onde formas associativistas fazem com que aumente o desenvolvimento local, e com isso melhore a vida das pessoas envolvidas neste tipo de atividade.

Neste contexto, a problemática do estudo é: **Quais as práticas e ações da associação das rendeiras de Camalaú/PB que podem proporcionar o desenvolvimento local?**

Sendo assim, o presente estudo está dividido em: introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos dados, considerações finais e referências.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS ASSOCIAÇÕES

O mundo contemporâneo tem passado por diversas crises do capital, onde surgem novas formas alternativas de lutar contra este sistema que visa basicamente o lucro; e com isso demonstram grande poder de resistência e de luta frente ao mercado competitivo. Neste contexto, surgem as associações, as quais visam sobremaneira a melhoria da qualidade de vida de todos os seus associados, e para isso utiliza-se de melhoria de sua gestão, descentralização das decisões, espírito de equipe e a luta por melhores condições econômicas para todos que compõem o grupo associativista.

Portanto, de acordo com o Código Civil, em seu artigo 53, as associações são pessoas jurídicas constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos, mas sim entre os associados e a associação.

Diniz (2009, p. 252) conceitua associação como:

Um contrato pelo qual certo número de pessoas, ao se congregarem, coloca, em comum, serviços, atividades, conhecimentos, em prol de um mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim não econômico ou econômico, com ou sem capital, e sem fins lucrativos.

As associações congregam pessoas e interesses comuns em busca de resultados coletivos. Já as sociedades apresentam-se como os contratos firmados por pessoas que contribuindo com bens ou serviços desenvolverão uma atividade econômica, dividindo posteriormente os resultados (lucros ou prejuízos). As mais comuns são as sociedades simples e empresariais, na modalidade limitada, além das sociedades anônimas, que possuem suas ações na bolsa de valores.

Assim, para Rampaso (2010), se o objetivo da sua entidade é explorar uma atividade econômica, dividindo os lucros entre os participantes, tem-se uma sociedade. Se a pessoa jurídica foi criada para se dedicar a uma atividade não lucrativa, mas surgiu da vontade de alguém que lhe destinou patrimônio, através de uma escritura ou testamento, tem-se uma fundação. Por último, se a intenção é trabalhar por uma finalidade não lucrativa, conforme a intenção espontânea de um grupo de pessoas tem-se então uma associação.

Ainda segundo Rampaso (2010, p.33), “pode-se concluir que associação é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída por um conjunto de pessoas que consentem em reunir esforços para a consecução de um ideal comum, sem fins lucrativos”. Assim, os associados são organizados em associações de moradores, de grupos religiosos, de agricultores, de rendeiras, de organizações não governamentais, etc, nas quais a luta é pelo mesmo objetivo: união para a sobrevivência da associação.

A associação é uma pessoa jurídica que, em regra, é administrada coletivamente. Ainda que determinadas pessoas fiquem à frente de suas atividades (presidente da Diretoria, do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal), a atuação das mesmas não significa que os demais membros não poderão participar de sua administração. Ao contrário, uma efetiva participação dos dirigentes significa uma melhor organização, mais transparência e certamente melhor produtividade.

Já para Albuquerque (2006, p.42), “associação é a pessoa jurídica criada com base na união de ideias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa”. Verifica-se assim que o objetivo maior de uma associação é o fortalecimento do grupo e a luta por melhores condições sociais e econômicas.

Portanto, verifica-se que a associação comunitária é uma forma de incentivar pessoas de certa comunidade e suas experiências a se unirem na luta por uma melhor qualidade de vida e na busca por melhor organização da entidade, para que assim conquistem juntos o fortalecimento de suas metas e objetivos, valorizando sempre o local em que vivem.

É importante salientar que as associações fazem parte do chamado terceiro setor da economia. Considerando-se ainda o primeiro setor o mercado e o segundo o Estado.

O conceito de terceiro setor para o estudioso Ioschpe (2005, p.8):

O Terceiro Setor, por sua vez, é um campo marcado por uma irredutível diversidade de atores e formas de organização. Na década de 80 foram as ONGs que, articulando recursos e experiências na base da sociedade, ganharam visibilidade enquanto novos espaços de participação cidadã. [...]. Compreende também as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população como as mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, da cultura e do lazer. Engloba as múltiplas experiências do trabalho voluntário, pelas quais os cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para as causas sociais.

Sendo assim, as associações buscam o trabalho coletivo e em equipe, a solidariedade, luta por causas sociais, a sensibilização política a respeito de temas que dizem respeito ao Brasil e as desigualdades sociais, a gestão compartilhada e a descentralização das decisões, onde todos se respeitem e os lucros ou sobras sejam divididos por todos, para que assim tenham sua vida nos aspectos social, econômico e políticos melhorados.

Têm-se que o associativismo e cooperativismo são expressões que se confundem, muitas vezes sendo usadas como sinônimos. De forma geral, o associativismo vem-se diferenciando cada vez mais em função de outras formas de integração de pessoas produtivas, além do formato tradicional das cooperativas. O associativismo é tido como o conjunto das formas de cooperativismo com outras formas de união de pessoas para a busca em conjunto de solução para problemas que afligem a todos. Se apresentam como uma das saídas pela viabilidade para a expansão de liberdades individuais e coletivas para os empreendedores dos setores formais e informais que estão no mercado (VARELLA; PLATIAU, 2003).

Além disso, as associações são tidas ainda como pessoas jurídicas de direito privado que agregam um número mínimo de pessoas com um objetivo em comum e do grupo. Trata-se de um movimento com séculos de existência, que se iniciou na Europa, firmando-se principalmente na França e no Reino Unido (VARELLA; PLATIAU 2003).

Diferenciando associação de cooperativas, têm-se que as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua e com adesão voluntária e aberta para pessoas aptas

a utilizar seus serviços e assumir as responsabilidades que o grupo lhes atribui, sendo as mesmas controladas por seus associados de forma totalmente democrática e descentralizada. Seus membros contribuem de forma igualitária para o capital e os benefícios se dão na proporção dos negócios que realizam e suas sobras divididas em partes iguais, e de acordo com a contribuição dos associados. Além disso, a educação é continuada para os associados, visando o progresso de suas cooperativas, as quais ainda trabalham para o desenvolvimento local e sustentado de suas comunidades, onde podem associar-se localmente, regionalmente e até internacionalmente, além de divulgar para o público as vantagens da cooperação e do trabalho em grupo.

Para Zanluca (2014), cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente de forma democrática, utilizando-se da participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada cooperado, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos. Vale ressaltar que as sociedades cooperativas estão reguladas pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas. Portanto, as cooperativas possuem regras, as quais são sempre utilizadas com fins não econômicos.

Sendo assim, as associações e as cooperativas atuais podem desencadear um processo que as leve a implementar uma outra economia, baseada na sustentabilidade e na inclusão dos mais pobres, a denominada economia solidária; mas, para isso, a associação ou cooperativa precisa passar por treinamentos, cursos, aperfeiçoamentos para a implantação dos princípios da economia solidária, que vão desde uma gestão democrática, valorização do indivíduo, o trabalho como centro da atividade, a busca por valorização social e a conscientização política, dentre outros princípios.

Explanando um pouco mais sobre economia solidária, diz Singer (2002), considerado o pai da economia solidária, que a economia solidária apresenta-se como parte de um projeto maior de transformação social, e não como uma simples política econômica compensatória num mundo em crise do trabalho. Sendo assim, a economia solidária é tida como uma forma de associativismo ou cooperativismo que busca a emancipação dos atores sociais, a luta pela não exploração do trabalho, a busca pela qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.

Existem diversos tipos de cooperativas, dependendo de serviço ou produto que ofereçam para o mercado para trazer mais benefícios para seus associados do que eles teriam individualmente. De acordo com o *site* Cooperalianca (2013):

As cooperativas agropecuárias: que visam à facilitação de aquisição de máquinas e equipamentos;

Cooperativas de infraestrutura: reúne pessoas com necessidade de alguns serviços como eletrificação e telefonia rurais, saneamento básico, etc;

Cooperativas de mineração: objetivam a exploração de minério. Incluem-se nesse ramo as cooperativas de garimpeiros, quebradores de pedras, trabalhadores na extração de areia, pedra e pedregulho, entre vários outros ramos;

Cooperativas de saúde: têm por objetivo criar e gerir planos de saúde que oferecem uma alternativa ao sistema público de saúde, beneficiando os profissionais que atuam na cooperativa, e assim, diminuindo os gastos para os cooperados; e

Cooperativas de serviços: objetivam a busca de melhores condições de trabalho, mas voltadas para profissionais que não têm em geral uma relação horizontal com os clientes, como advogados, contadores, engenheiros, entre outros.

Além disso, para o *site* Cooperalianca (2013) existem as que se dedicam a necessidades específicas de seus membros, que são:

Cooperativas de crédito: buscam angariar fundos e disponibilizar crédito para fins produtivos aos associados ou para a sociedade;

Cooperativas Educacionais: objetivam dar melhores condições de educação para os filhos dos cooperados, escolhendo melhores métodos educativos, reduzindo custos escolares e participando de forma mais direta da gestão do ensino;

Cooperativas de habitação: objetivam a construção de moradias, feitas com ou sem o apoio governamental, por meio de mutirão, consórcios ou até mesmo empréstimos;

Cooperativas de consumo: funcionam como supermercados para seus cooperados; e

Cooperativas especiais: formadas por pessoas que precisam ser tuteladas.

Neste contexto, as associações surgem para tentar minimizar as dificuldades encontradas por pessoas que muitas vezes estão excluídas do mercado de trabalho e do mercado consumidor, e vêem nas associações uma nova forma de integração a este mercado, e com isso aumentam sua auto-estima, valorização social, e sentem novamente produtoras de bens e serviços, com valor social, voltando a ter sua emancipação enquanto ser social.

2.1 EXPLANAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL

Uma vida digna a cada cidadão significa, em primeiro lugar, o acesso aos direitos civis, à educação de qualidade, à saúde qualidade e as oportunidades de trabalho e renda. As experiências em diversos lugares no Brasil e no mundo demonstram que essas conquistas não ocorrem em curto prazo, mas sim a longo prazo. Elas são construídas no âmbito de um amplo e sucessivo processo de melhoria da qualidade de vida dos moradores de um determinado território.

Com isso, tem-se que o conceito de “desenvolvimento local” começou a ganhar relevância no debate sobre os modelos de desenvolvimento, particularmente após o reconhecimento do fenômeno da globalização, que pode ser entendida como um processo de expansão e integração de mercados, onde os mercados menos competitivos são integrados aos mercados mais competitivos de forma subordinada, ou são simplesmente excluídos de todo este processo (DE PAULA, 2009).

Para Casarotto Filho e Pires (1999), as características estratégicas de desenvolvimento, são: a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento, a revisão de longo prazo e a descentralização e participação social.

Já promover o desenvolvimento local significa praticar ações em territórios ou microrregiões que permitam a ativa participação de qualquer cidadão, o efetivo controle social sobre a gestão pública, através do fortalecimento da sociedade civil e o empoderamento de grupos sociais antes excluídos nas esferas de tomada de decisão. Assim, por promover a inclusão social e fortalecer a verdadeira democracia, o desenvolvimento local é considerado um importante meio de combater a pobreza e a extrema pobreza que assola muitos cidadãos brasileiros ainda hoje.

A atual tendência em se pensar e planejar o desenvolvimento é dotá-lo de um caráter mais humano, no sentido de considerar o homem simultaneamente como sujeito e beneficiário deste desenvolvimento. Com isso, as pessoas devem participar ativamente e não apenas serem beneficiárias deste desenvolvimento. Sendo a busca pelo desenvolvimento local algo a ser alcançado e não apenas um conceito ou algo inalcançável (MARTINS, 2007).

O Desenvolvimento Local é um processo de integração dos diversos setores produtivos com os setores sociais e culturais, incentivando o empreendedorismo, apoiando micro e pequenos empreendimentos e criando ambientes favoráveis ao surgimento de novos empreendimentos que gerem renda e riqueza para as localidades com baixos índices de

desenvolvimento. Através do Desenvolvimento Local deve haver a melhoria da qualidade de vida das comunidades e uma maior participação e empoderamento destas comunidades pelo poder político, com o objetivo de ter-se qualidade de vida, justiça social e a preocupação com as gerações atuais e futuras.

Enquanto estratégia de planejamento e de ação, o desenvolvimento local aparece em um contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal (unidade) e ilimitado (riqueza sempre crescente), mas sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários(MARTINS,2002).

Dessa forma, entender o desenvolvimento, não se trata de mera questão conceitual, mas de entendimento do equilíbrio e racionalidade, que devem existir para que o desenvolvimento ocorra de fato, e que se sustente.

Contudo, o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, trabalho, dentre outros), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente protagonista e não apenas de beneficiária do desenvolvimento.

Portanto, o desenvolvimento local promove a participação e o diálogo a nível local, estabelecendo a ligação entre as partes interessadas do setor público e do setor privado e os respectivos recursos, com vista ao melhor emprego e a uma melhor qualidade de vida para homens e mulheres. É um processo que aborda uma combinação das questões sociais, econômicas e ambientais relativas a um território na busca por uma maior sustentabilidade para as cidades.

Ao escrever-se sobre o desenvolvimento sustentável, deve-se ter em mente que são várias as conceituações dadas, mas a mais aceita e a mais disseminada de acordo com Franco (2001, pg. 45) “diz respeito ao não esgotamento daqueles recursos naturais que são necessários para as gerações atuais e que, imagina-se, serão necessários para as gerações futuras”. Ou seja, devem-se tentar formas alternativas de manutenção do planeta, com os recursos suficientes para a sobrevivência de novas gerações, que devem ter direito à vida com qualidade.

O desenvolvimento sustentável busca a satisfação das necessidades básicas da população, com a preservação dos recursos naturais e se preocupando com as gerações futuras, para que não falem recursos para a sobrevivência humana.

Já o desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base em uma economia eficaz, eficiente e

competitiva, com certa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, que clama por mais cuidados e destinação de preocupações sociais, pois sem este jamais o homem conseguirá ter o desenvolvimento local sustentável.

Conceituando o desenvolvimento local integrado e sustentável, Franco (2001, p. 85-86) diz que:

O desenvolvimento local integrado e sustentável é uma forma de sustentar a pobreza, porquanto incide sobre as condições de vida da população que vive em bolsões marginalizados do território nacional. Embora não seja este o único objetivo, o DLIS deverá potencializar o impacto das ações governamentais e não-governamentais, em todos os níveis, voltados para a melhoria das condições de vida dessas populações, o que significa uma atuação capaz de melhorar índices de habitação e saneamento, educação, morbidade e mortalidade, estado nutricional e emprego e renda.

Assim, verifica-se que a gestão pública precisa atender as demandas sociais, nos quesitos educação, saneamento básico, emprego e renda, para que se consiga aumentar o desenvolvimento local integrado e sustentável, pois a esfera privada sozinha não pode e nem consegue dar conta de todos estes aspectos.

Assim, para De Paula (2009), é fundamental estimular um ambiente de participação democrática, de planejamento participativo e gestão compartilhada. Para isso, é recomendável a adoção de soluções institucionais inovadoras, tais como a criação de fóruns, conselhos, comitês, consórcios, agências ou pactos de desenvolvimento local. Além disso, promover uma melhor distribuição das receitas, de modo a desconcentrar os recursos públicos, ampliando a capacidade de investimentos das administrações municipais, utilizar as compras governamentais de produtos locais como um instrumento de fortalecimento da economia local, evitando a exportação de empregos e a transferência de renda; fortalecer uma cultura de valorização dos produtos locais, para evitar sua substituição pelo consumo de produtos externos, contribuindo assim para o crescimento dos negócios na região e na oferta de empregos e na capacidade de consumo.

2.2 ASSOCIATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

As associações possuem um papel essencial na vida das comunidades, tanto nas rurais como nas urbanas, sejam elas culturais, recreativas, desportivas ou sociais. Essas contribuem na construção e afirmação de identidades coletivas, na formação artística, cultural e

desportiva, no desenvolvimento e capacitação das pessoas enquanto cidadãos ou na prestação de serviços para a comunidade.

O associativismo é uma categoria analítica que, ao passar do tempo, tem recrutado vários trabalhos em diferentes perspectivas e seguem até hoje nas discussões contemporâneas, entre outros aspectos, tentando entender o surgimento de novos atores sociais e sua participação nas tomadas de decisão no âmbito local, onde desenvolvem ações. Esses atores podem ser considerados emergentes dos processos de desigualdades capitalistas e das contradições sociais, passando a utilizar como formas de organizações civis, o associativismo (LEONELLO, 2010, p.54).

O associativismo afirmou-se como uma alternativa para viabilizar os interesses coletivos e, por consequência, para manter o potencial de desenvolvimento local. Tal opção ampliou a perspectiva dos atores de construção de um bem público e de um futuro comum, intermediado pela conjunção de esforços e interesses coletivos. A criação e desenvolvimento da associação demonstraram, de forma efetiva, que o resultado do trabalho coletivo assume uma maior dimensão do que quando é executado de forma individual e isolada (SCHMIT; MORETTO NETO, 2011).

A associação expressa ainda uma relação dinâmica, que está em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação de todos. O desenvolvimento local é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas (LEONELLO. *apud* .FRANTZ, 2002).

O objetivo das associações é sempre promover o interesse comum de seus membros. Nesse sentido, todos eles são tratados da mesma maneira pela organização, significando que quando um resultado é alcançado pela associação nenhum de seus membros pode ser excluído dos benefícios trazidos por ele, e assim todos ganham.

Tem-se que o alcance dos objetivos e propósitos da ação coletiva são necessariamente crescentes, sempre que:

[...] Os objetivos que perseguem o bem público, que podem ser propostos por um grupo ou sociedade determinada, evoluem ao longo do tempo desde aqueles de menor aos de maior complexidade, conforme foram desenvolvidos os seus capitais humanos e sociais. Esta ideia articula os objetivos maiores, no sentido que transcendem os benefícios individuais, como os objetivos de desenvolvimento mais particulares, como são os de fortalecimento de capital humano e de capital social. Assim, torna-se indispensável compreender e internalizar nas políticas e projetos de apoio a ação coletiva, que o capital social e o capital humano não são transferíveis linearmente desde agentes externos aos grupos envolvidos na ação coletiva (JALES. *Apud* RAMÍREZ; BERDEGUÉ, 2001, p.3).

Assim, vê-se que os objetivos individuais devem sempre ser minimizados e considerados os objetivos coletivos, para que assim se tenham melhores resultados e a união do grupo.

Frantz considera que se desenvolver não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas admite sim a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local, é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas em toda a sua complexidade. Dessa forma, “a via do associativismo fomenta um debate permeado de pontos e contrapontos, onde o diálogo abre caminho para a reconstrução, para o desenvolvimento” (LEONELLO. *apud.* FRANTZ, 2002, p.29). Portanto, existem contradições em qualquer forma de organização e nas associações isto não é diferente, existem diferenças, divergências e pensamentos diferentes, mas a questão central é unir pensamentos diferentes em busca de um objetivo comum para o atingimento das metas pré-estabelecidas por todos os associados do grupo.

No entanto, o associativismo é um fator determinante para a possível emancipação e para o desenvolvimento de qualquer indivíduo e comunidade ao atrelar o pontual com o abrangente que almeja o desenvolvimento local.

Nesse sentido, o associativismo pode ser entendido como uma ação social que vem sendo apresentada pelo reconhecimento de sua importância nas transformações que atuais. Deve-se considerar que o trabalho associativo constitui uma das principais referências que determina não apenas direitos e deveres, diretamente inscritos nas relações de trabalho, mas prioritariamente padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida (LEONELLO, 2010, p.2).

Portanto, verifica-se que o desenvolvimento local pode existir através das associações que possuem um grande significado para as famílias que as compõem. Por isso, é importante notar que as associações podem modificar estruturas sociais e econômicas, propiciando desenvolvimento com a melhoria da qualidade de vida para todos os envolvidos, nos aspectos social, econômico, educacional e político, desde que gerenciadas de forma técnica, profissional e humana.

2.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL ASSOCIADO AO TRABALHO COLETIVO DAS MULHERES RENDEIRAS DO CARIRI PARAIBANO: O CASO DA RENDA RENASCENÇA

O território do Cariri Paraibano compreende 29 municípios e abriga uma população de mais de 160 mil pessoas, estando os municípios da região divididos em Cariri Oriental (Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri) e Cariri Ocidental (Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê). (Fórum De Desenvolvimento Sustentável Do território Do Cariri, 2005)

O Cariri Paraibano é destaque nacional e até mundial no que diz respeito as suas belezas naturais, sua cultura, seu turismo e até mesmo no artesanato, seja ele em couro, em esculturas de barro, cerâmicas, em renda e entre outros. Todavia, o que predomina na região do Cariri Ocidental é a “renda renascença”, uma das principais fontes de renda das mulheres que trabalham com esse tipo de artesanato, bastante valorizado a nível nacional e até internacional.

A Renda Renascença é uma atividade artesanal surgida no século XVI tendo origem provável na Itália. Chegou ao Brasil pelas mãos das mulheres dos colonizadores e passou a fazer parte das tradições rurais do nordeste brasileiro, também por influência de freiras estrangeiras que, nos conventos, ensinavam este tipo de trabalho às alunas (IPHAN, 2009, p.31).

Na Paraíba, os municípios que concentram a grande produção da Renda Renascença são Monteiro, Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê. O interesse pela Renda Renascença dessas mulheres rendeiras vem do Estado vizinho Pernambuco (PE), mas precisamente das cidades de Poção e Pesqueira, localizados no agreste do Estado. O jornal do Commercio, portal dedicado à renda renascença no Pernambuco faz uma importante narração sobre a tradição da renda que pode ser comparada a situação das cidades no Cariri Ocidental.

No Agreste pernambucano, mais precisamente nas cidades de Pesqueira e Poção é difícil achar uma casa onde ninguém saiba fazer renda. Em cada terraço, as histórias se repetem, a renascença aparece e as almofadas em formato de rolo acabam parando no colo das mulheres. A cultura da renda não distingue idade. As meninas, desde muito cedo, não tiram os olhos das mãos habilidosas de suas mães, tias ou avós. Ninguém para pra ensinar. A aula é silenciosa. Os olhos são os grandes responsáveis pelo aprendizado e pela delicadeza do trabalho. Nos lares onde a renda faz morada, a principal herança é a habilidade. A perpetuação da arte é de mão para mão. De geração em geração (IPHAN, 2009, p. 2-3).

A renda tem grande importância econômica e social, não tanto pelo expressivo número de pessoas que, de forma mais ou menos regular, exercem essa atividade, mas pelo fato de que, para muitas famílias, a renascença é a única fonte de renda da família, que muitas vezes passa por dificuldades financeiras.

A Renascença é um bordado delicado, de rara beleza e complexidade em todo o seu processo de execução. Sabe-se que uma peça pode levar até meses para ficar pronta, dependendo de sua extensão e dos pontos utilizados pelas rendeiras. O processo se inicia com a transferência do “risco” para o papel manteiga (ou papel seda) usando caneta esferográfica ou hidrocor para isto. As duas folhas devem ser prendidas com alfinetes para evitar que o desenho se mova. Em todo o verso do risco é espalhada cola e o desenho é colado no tecido de algodão. O fitilho é alinhavado no contorno do risco com agulha e linha da rendeira (MORAES, 2013).

FIGURA 1 - Etapas da renascença (Primeiro o desenho é riscado. Depois o lacê é preso sobre o papel e sobre a almofada. A partir daí começa a elaboração de pontos - apenas com agulha e linha)



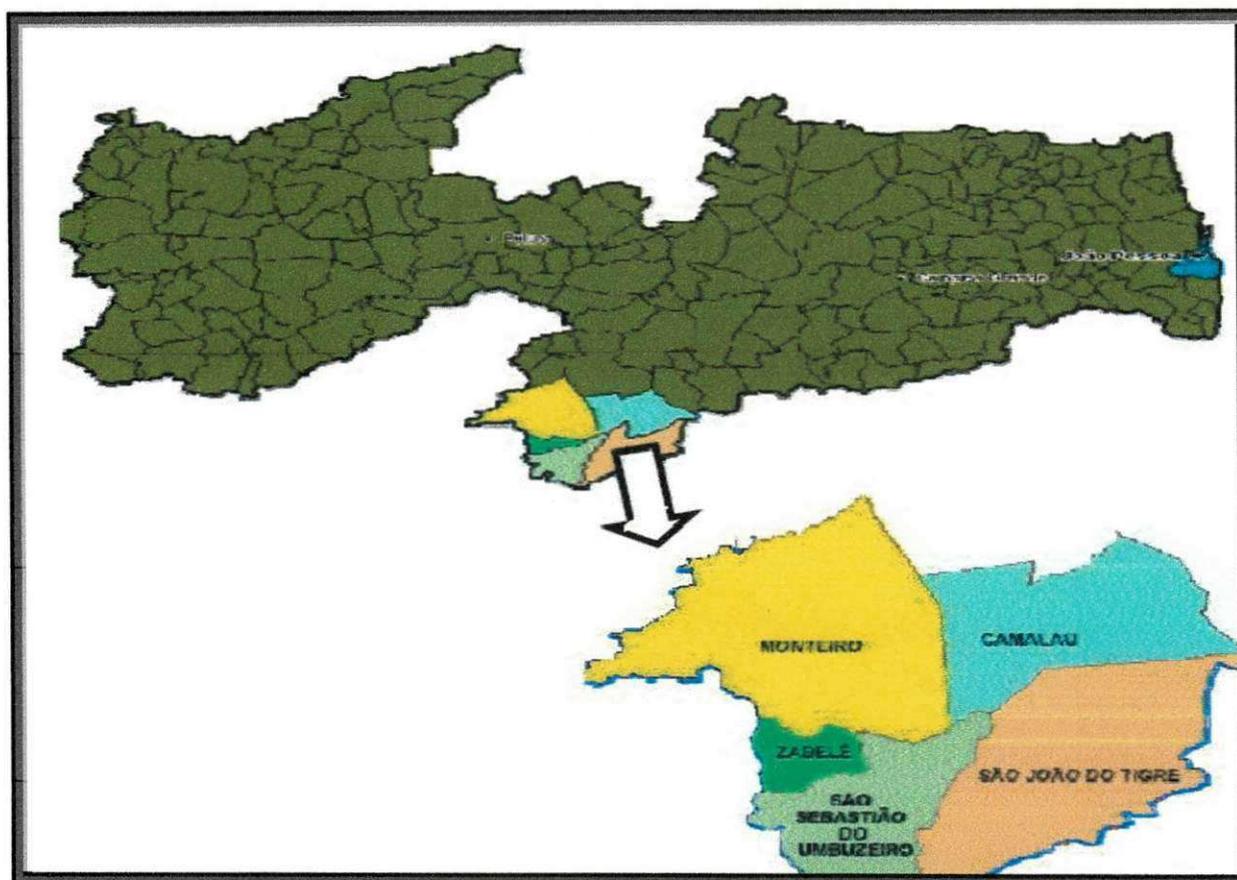
Fonte: <http://comparoni.wordpress.com/category/detalhes/>(2014).

2.4 ALGUNS RECORTES SOBRE A RENDA RENASCENÇA E O PROJETO RENDAS DO CARIRI

Atualmente, existem no estado cinco associações de rendeiras, todas na região do Cariri: Associação dos Artesãos de Monteiro (ASSOAM); Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú (ASCAMP) ; Associação das Produtoras de Arte de Zabelê

(APAZ); Associação dos Artesãos de São João do Tigre (ASSOARTI) e Associação de Desenvolvimento dos Artesãos de São Sebastião do Umbuzeiro (ADART). (FECHINE, 2005, p.3). (Ver figura 2 a seguir).

FIGURA 2 - Mapa do Estado da Paraíba com destaque para o território da Renda Renascença



Fonte: FARIAS, 2010, p. 48.

Ao verificar e compreender o interesse das mulheres rendeiras, a região do Cariri criou o projeto intitulado “Rendas do Cariri”, considerado um programa de desenvolvimento da Renda Renascença, com implantação de Oficinas Escolas de Rendeiras, uma parceria entre as associações de artesãos, prefeituras municipais, a OSCIP Para’iwa¹ e o serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE), com sede na Casa das Rendeiras em

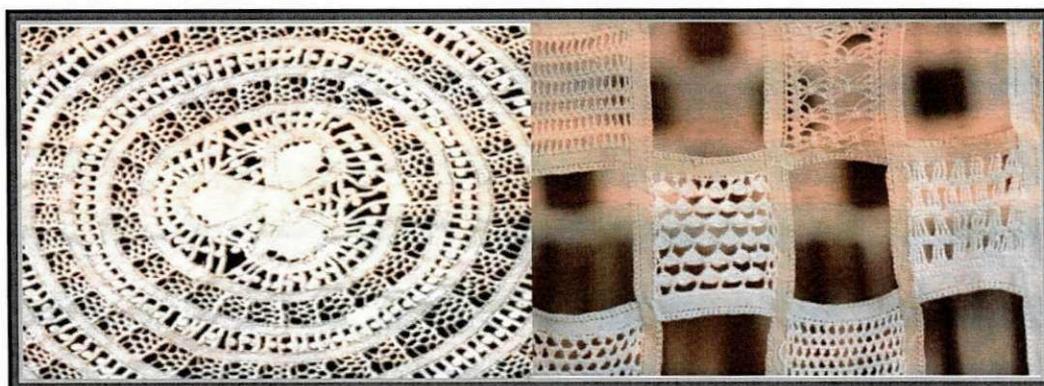
¹O Para’iwa é uma entidade atuante no Estado desde o ano 1994 que tem como objetivo desvelar a cultura da Paraíba, registrando a diversidade ambiental e difundindo a realidade regional, através de projetos pautados na linguagem audiovisual e multimídia, promovendo assim o resgate histórico e divulgando as potencialidades sócio-culturais da Paraíba e demais estados no Norte e Nordeste do Brasil. Disponível em: <<http://www.paraiwa.org.br/raiz/paraiwa.html>>. Acesso em: 01/03/2014.

Monteiro/PB, além de outras três em Camalaú, Zabelê e São João do Tigre (OLIVEIRA et.al.,2005).

Este projeto foi efetivado entre 1998 e 2000. Além das cidades já citadas, São Sebastião do Umbuzeiro também integrou o projeto. Essas associações fabricam peças únicas e conjuntos de peças. Produzem ainda: cortinas, toalhas de mesa, lençóis, almofadas, jogos americanos e guardanapos, peças de vestuário e acessórios como echarpes, xales e blusas, colares, chapéus, tiaras e bolsas. Estas peças estão para a apreciação turístico-cultural e à venda na sede em Monteiro ou no Museu Casa do Artista Popular em João Pessoa, na Paraíba.

Com a aplicação das oficinas oferecidas pelo projeto as jovens capacitadas nos cursos aprenderam sobre memórias de ofícios de rendeiras da região, além de aprenderam a identificar mais de 60 (sessenta) tipos de pontos de renda renascença.

FIGURAS 3 e 4 - Tipos de pontos da renda renascença



Fonte: Retiradas do *site da internet*.

Diante disso, foram colhidas algumas informações do *site* do projeto sobre outras metas que foram atingidas, tais como: a capacitação de 20 (vinte) jovens e adolescentes no ofício, a realização de censo da população produtora da Renda Renascença no município de Camalaú/PB, a realização da memória do ofício da renda renascença nos municípios de Camalaú e São João do Tigre, aperfeiçoamento de 70 (sessenta) rendeiras para a produção da qualidade da Renda Renascença, a capacitação de desenhista para os riscos da Renda, a implantação da Casa da Rendeira em Monteiro/PB, a introdução de novas técnicas, a serigrafia, no processo produtivo da Renda Renascença, melhorando a qualidade do desenho, a introdução da nova tradição em coleções de temáticas regionais na linha de decoração, cama, mesa e utilitários, criação de peças de lingerie e a efetivação de políticas públicas na área da saúde com a realização de 1000 (mil) exames oftalmológicos na população rendeira.

Quanto as metas do projeto pretendidas nos próximos anos, têm-se: a elaboração de uma cartilha contendo a técnica da renda renascença, aperfeiçoamento de 300 (trezentas) rendeiras para a produção de qualidade na Renda Renascença, a publicação de 01 (um) catálogo de produtos, capacitação de 600 (seiscentas) jovens e adolescentes em Renda Renascença, e em 03 (três) anos realizar 01 (um) Censo da População produtora da Renda Renascença do Estado da Paraíba, a criação de um Museu e Centro de Estudos da Renda Renascença na cidade de Monteiro, a criação de uma cooperativa regional de rendeiras, a realização de cursos em gestão de associativismo e cooperativismo, a criação da marca “Rendas do Cariri”, com produtos que os idealizadores do projeto chamam de “socialmente corretos” e de uma franquia da marca “Rendas do Cariri”, tais perspectivas devem ocorrer nestes três anos, portanto, a longo prazo.

Com o sucesso do projeto “Rendas do Cariri” graças à intervenção de instituições como o SEBRAE-PB e o Governo do Estado que provocou um processo de formalização e organização das mulheres rendeiras, a Renda Renascença do Estado da Paraíba tornou-se conhecida em outros estados brasileiros e no mundo, devido à aparição das rendeiras nas feiras de artesanato dentro e fora do estado, em contatos com outras associações de artesanatos etc. Isso chamou a atenção de estilistas nacionais, mais precisamente da estilista alagoana Martha Medeiros que é a principal compradora da renda renascença produzida na Paraíba, a estilista paga pelas peças um valor superior ao oferecido por outros clientes no mundo da moda, já que a mesma utiliza a Renda Renascença como principal matéria prima para suas lindas criações usadas por artistas famosos (MORAES, 2013).

FIGURAS 5, 6 e 7 - Artistas usando Renda Renascença



Fonte: Retiradas do site da internet.

Sendo assim, observa-se a mídia global já mostra os produtos da renascença há um período de tempo relativamente grande, onde artistas globais desfilam seus vestidos e demais peças confeccionadas no interior da Paraíba. Vale ressaltar que os preços da renda Renascença não são altos e possuem pequenos custos, em relação as roupas consideradas de “marca” pela sociedade capitalista.

Existiu ainda a presença de uma empresária alagoana Martha Medeiros que hoje possui processos judiciais pela possibilidade de uso das rendas Renascença por esta, sem dizer a fonte de onde os produtos eram produzidos. Todavia, a justiça ainda está investigando o caso até hoje, com futuras conclusões sobre o caso.

FIGURA 8, 9 e 10 - Atriz Isis Val Verde vestida de Renascença.



Fonte: Retiradas do *site da internet*.

Mesmo tendo alcançado o sucesso, essas mulheres rendeiras ainda se deparam com um dos problemas mais “comuns” no mundo das associações, e particularmente dos artesanatos que são os atravessadores, que adquirem peças produzidas em Renda Renascença a preços baixos e revendem a valores bem superiores, deixando uma margem de lucro muito pequena para as rendeiras; mesmo assim essas mulheres continuam produzindo sempre com qualidade, com felicidade e força de vontade na busca por dias melhores e uma vida digna para sua família, que espera ter melhores condições sociais e econômicas.

Em se tratando da administração pública, Rampaso (2010, p. 70) diz que “as associações podem realizar contratos, convênios e parcerias com a administração pública”. No entanto, é importante salientar que as associações necessitam do apoio governamental, pois a falta de recursos, crises e inflação, fazem com que tais entidades passem por muitas dificuldades. Todavia, quanto mais independente a associação, com menos atravessadores (o

ideal seria nenhum atravessador), sem apoio governamental, mas com uma gestão eficiente se teria uma associação de fato emancipada e de sucesso.

Desse modo, percebe-se que as associações das Rendas estão ficando cada vez mais conhecidas graças a este projeto que capacita às rendeiras, reconfigura a atividade da renda que antes era feita apenas na cor branca e hoje já se produz a Renda Renascença colorida. Tudo isso para aperfeiçoar a atividade artesanal e se adequar às novas exigências de um mercado consumidor que a cada dia cresce, com isso, percebemos um crescimento socioeconômico e conseqüentemente do turismo, trazendo assim novas oportunidades para o empreendedorismo e geração de emprego para a região do cariri.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa buscou analisar as práticas e ações da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB como formas de desenvolvimento local. Com isso, foi necessário realizar entrevistas contendo perguntas semi-estruturadas abertas e fechadas, onde foram entrevistadas dezrendeiras desta associação do estudo. Portanto, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram classificados em descritivo e exploratório, com natureza qualitativa, um estudo de caso, com a aplicação das entrevistas e anotações no diário de campo da pesquisadora.

De acordo com Vieira (2002, p.6), “as pesquisas descritivas compreendem grande número de métodos de coleta de dados, os quais compreendem: entrevistas pessoais, entrevistas por telefone, questionários, pelo correio, questionários pessoais e observação”. Nestas pesquisas busca-se conhecer o objeto da pesquisa através do tipo de método escolhido, e assim entender através de entrevistas, questionários as respostas a que se quer chegar.

Para Figueiredo e Souza (2011, p. 103):

A pesquisa exploratória consiste também em investigações empíricas, porém o objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.

Na pesquisa exploratória estão contempladas as pesquisas qualitativas e quantitativas, no intuito de explicar ou concluir dos fatos que precisam ser esclarecidos pelo pesquisador.

Para Figueiredo e Souza (2011, p.125), “as perguntas abertas destinam-se a obter respostas livres e são mais utilizadas para a pesquisa qualitativa”. Portanto, os entrevistados responderam as perguntas de acordo com a sua opinião, pois assim é fundamental mais tempo para argumentação de suas possíveis respostas, as quais devem ser claras e objetivas.

Ainda para Figueiredo e Souza (2011, p.125), “as perguntas fechadas destinam-se a obter respostas mais precisas, sendo mais utilizadas para a pesquisa quantitativa”. Verifica-se assim que são perguntas estruturadas e mais fáceis para os entrevistados e para quem vai analisar as respostas, ou seja, será escolhida e marcada apenas uma resposta para cada item, facilitando sobremaneira o trabalho do pesquisador e do entrevistado.

De acordo com Severino, (2007, p.1), “nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados”. A pesquisa qualitativa determina o ambiente do estudo, coleta as devidas informações, ou seja, os dados para a interpretação pelo pesquisador. Neste contexto, encaixa-se o estudo de caso.

Nesta pesquisa houve a aplicação do questionário com as mulheres rendeiras da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB foi feita com 20 (vinte) questões contemplando 10 (dez) rendeiras de um total de 30 (trinta) que compõem a associação do estudo e que são rendeiras, pois esta associação soma 50 sócias, mas apenas estas 30 (trinta) são rendeiras. Além, da entrevista com a presidente da associação do estudo. Recolheu-se os dados e resultados que puderam contemplar alguns objetivos específicos da pesquisa, que são: demonstrar as práticas e ações da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB (ASCAMP) para o desenvolvimento local; e explicar a importância da Renda Renascença para o desenvolvimento local.

O questionário foi aplicado com as sócias em suas residências, algumas com visitas agendadas de acordo com os dias e horários que elas podiam atender a pesquisadora, tornando algumas vezes difícil a pesquisa, devido a dificuldade de encontrá-las em casa ou no trabalho, mas que mesmo assim, foi possível terminar a pesquisa e contemplar os questionamentos necessários, atingindo o que a pesquisa se propunha.

Neste trabalho teremos estudos de: Figueiredo (2011), Franco (2011), Oliveira (2005), Rampaso (2010) e Singer (2002).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O grupo de Rendeiras que compõem a Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú (ASCAMP) está localizado no Cariri Paraibano. A cidade de Camalaú possui cerca de 5.749 habitantes, destes 2.909 são mulheres e 2.840 são homens, de acordo com o IBGE(2010). A Associação é formada por aproximadamente 50 (cinquenta) associadas; destas 30 (trinta) são rendeiras e trabalham diariamente na associação e em suas próprias residências fazendo a Renda Renascença. Para este estudo contemplou-se uma entrevista com a presidente da associação e 10 (dez) rendeiras, totalizando 33% do total de rendeiras da associação.

As rendeiras trabalham dia e noite para confeccionar peças de renda, tais como: roupas, toalhas, lençóis, almofadas, bolsas etc. Todas trabalham dependendo de encomendas e recebem por produção, ou melhor, por cada novelo de linha que desmanchar. Geralmente, trabalham de forma isolada, individualmente com suas peças, todavia. Continua sendo um trabalho associativo já que dividem os ganhos de forma igualitária. Cada novelo desmanchado custa o equivalente a R\$60,00 reais e leva em média 3(três) dias e 2(duas) noites para ser desmanchado integralmente. Vale ressaltar, que os novelos de linha e o restante da matéria prima usada na confecção da Renda Renascença são comprados nas cidades de Poção e Pesqueira, localizadas no sertão do Estado vizinho Pernambuco.

Neste contexto associativo, tem-se que para ADAMS (2010, p. 53):

A finalidade de empreendimentos de trabalho associado é, em primeiro lugar, a cooperação em vista da satisfação das necessidades humanas fundamentais, em que os participantes exercem a liberdade e autonomia possível na criação e recriação de um mundo do trabalho com relações sociais de convivência solidária.

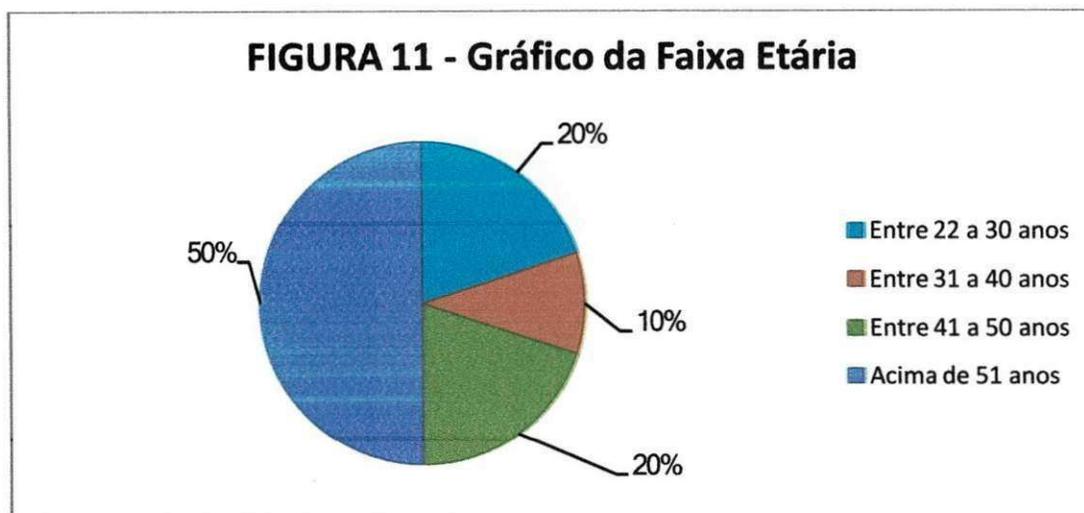
Assim, observa-se que o espírito de equipe, trabalhos coletivos e ajuda mútua devem ser práticas e ações adotadas pelo grupo para que saiam do estado de exclusão em que muitas vezes estas viviam.

Durante a entrevista a presidente da Associação falou que cada novelo é comprado por R\$30,00 e que a estilista Martha Medeiros, principal compradora da Renascença auxilia na compra dessas materiais para a associação.

Através de informações captadas na entrevista e na aplicação do questionário obteve-se informações mais precisas sobre o perfil das mulheres rendeiras. Quanto às questões do questionário, têm-se que as 07 (sete) primeiras questões estavam relacionadas a faixa etária

das rendeiras, grau de escolaridade, tempo de associada e a renda mensal. O segundo bloco de perguntas estava relacionado ao perfil da associação, o que mudou depois de estar associada, o que deveria mudar na associação, etc. O terceiro e último bloco de perguntas estava relacionado a satisfação do trabalho com a renda auferida.

Diante disso, constatou-se que 100% das rendeiras são do gênero feminino. Quanto a faixa etária, têm-se que variam de 22 a 65 anos. Até 30 anos situam-se 2(duas) rendeiras, de 31 a 40 anos 1(uma) rendeira, de 41 a 50 anos 2 (duas) rendeiras e acima de 51 anos 5(cinco) rendeiras. A figura 11 mostra a faixa etária das rendeiras do estudo.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

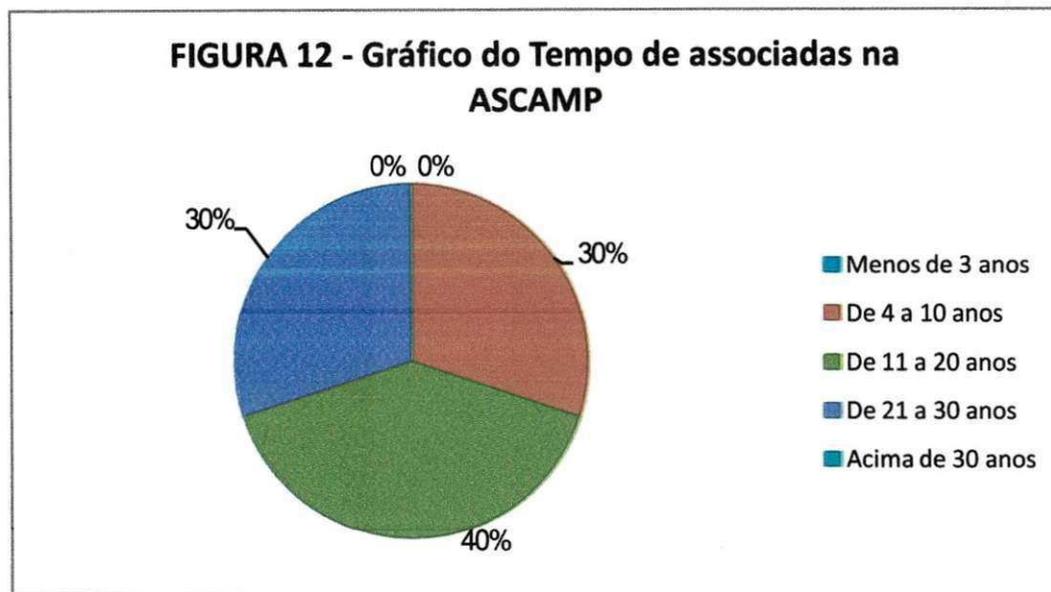
Neste contexto, pode-se explicar o conceito de economia solidária, economia esta que serve como alternativa para o capitalismo, onde associações e cooperativas que adotam os princípios da autogestão, igualdade e solidariedade, e através de uma educação continuada podem fazer parte. Assim, de acordo com Singer (2003, p. 46-47):

Muitos autores interpretam a economia solidária como forma de resistência dos setores populares a crise no mundo do trabalho e ao quadro de exclusão social. Entre eles, vários enxergam, além do caráter emergencial e imediato, também um potencial de transformação social e entendem a economia solidária não só como uma necessidade material, mas também como uma opção ideológica. Alguns argumentam inclusive que se trataria de economia alternativa ao modelo capitalista. Segundo as diferentes abordagens, esse caráter alternativo pode ser entendido como resposta da tradição socialista de base associativa e autogestionária ao colapso do socialismo real (uma economia socialista), ou pode ser analisado dentro do contexto de formas mais recentes de resistência social por meio da organização da sociedade civil, ou ainda pode levar em conta que a economia dos setores populares se

contrapõe a economia capitalista, porque envolve setores do trabalho e não do capital (daí os termos economia popular e economia do trabalho, muito usados na América Latina).

Esta nova economia só existe quando os princípios solidários são realmente implantados, mas qualquer associação ou cooperativa podem fazer parte dela, desde que siga tais prerrogativas ligadas a autogestão e a valorização do trabalho, e não do capital.

Com relação ao tempo de associadas na ASCAMP, percebe-se que varia de 4 a 30 anos. Portanto, de 4 a 10 anos situam-se 3(três) rendeiras, de 11 a 20 anos 4(quatro) rendeiras e de 21 a 30 anos 3 (três) rendeiras. A figura 12 mostra estes resultados.



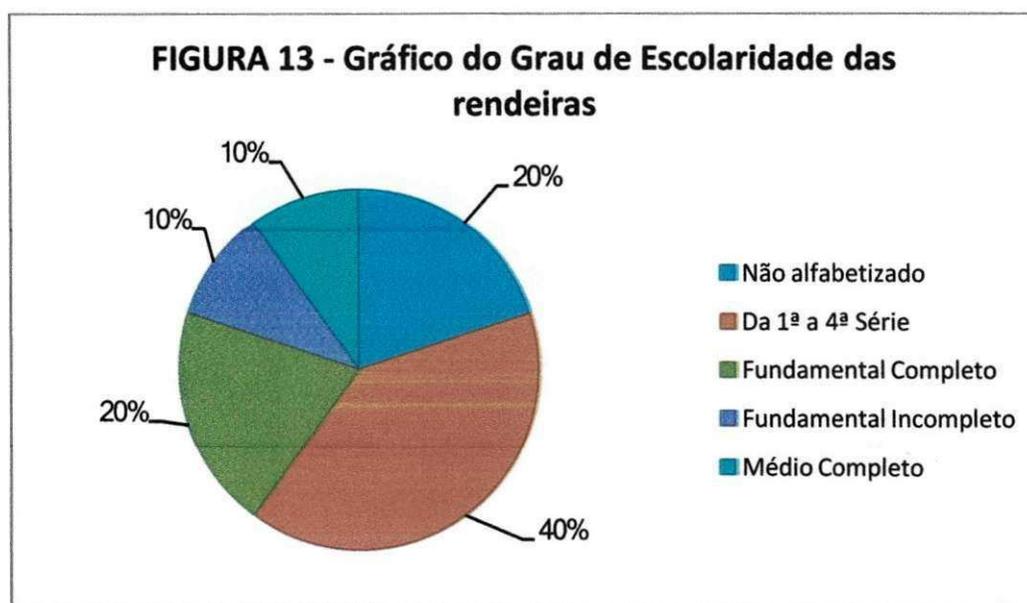
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O trabalho desta associativa do estudo serve como base para o que Adams chama de empreendimentos solidários de trabalho, que ele conceitua como:

Os empreendimentos solidários de trabalho associado apresentam-se com elementos autogestionários essenciais- autogestão integral-, não há assalariamento, e os trabalhadores geram, de maneira participativa e democrática, o empreendimento, trabalham coletivamente, e a remuneração se dá pelo critério do trabalho, com variações pouco significativas entre os associados; detêm ou controlam coletivamente os meios de produção[...] comercializam ou distribuem coletivamente seu produto(ou serviço) no “mercado solidário” (ADAMS, 2010, p. 53).

Portanto, verifica-se que qualquer associação ou cooperativa utilizando os princípios do cooperativo em suas práticas podem fazer do movimento de economia solidária, o qual cresce a nível mundial e brasileiro.

Já de acordo com o grau de escolaridade das rendeiras, percebe-se que variam de não alfabetizadas ao ensino médio completo. Não alfabetizada situam-se 2(duas) rendeiras, de 1ª a 4ª série 4(quatro) rendeiras, Fundamental completo 2(duas) rendeiras, Fundamental incompleto 1(uma) rendeira e Ensino Médio completo 1 (uma) rendeira. Vale ressaltar que esta rendeira com ensino médio completo é a presidente da associação, que também foi entrevistada. A figura 13 mostra estes resultados.

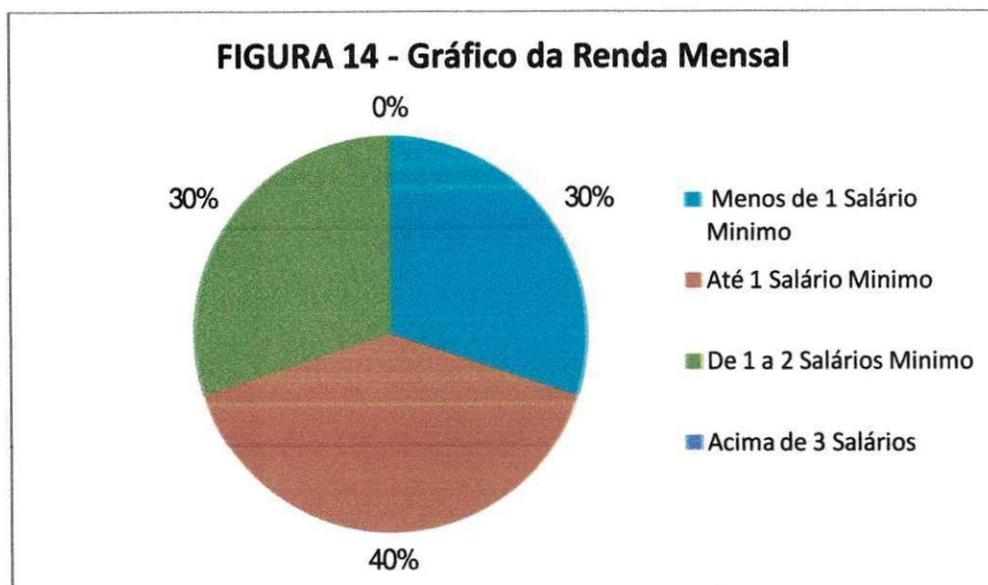


Fonte: Dados da pesquisa (2014).

De forma geral, para Varanda & Bocayuva (2009), o modo de produção associado pode ser compreendido como o equivalente das formas de autogestão operária, condição necessária, mas não suficiente, para a transição socialista. Sendo assim, explana-se que a autogestão (os trabalhadores não possuem chefe, todos se administram) é uma prática adotada pelas rendeiras, e com isso, estas têm mais autonomia para produzir, apesar de que muitas vezes precisam trabalhar de forma exaustiva para produzir as encomendas.

Quanto a renda mensal das rendeiras, esta varia de menos de 1 (um) salário mínimo até 2 (dois) salários mínimo. Menos de um salário mínimo situam-se 3(três) rendeiras, até um salário mínimo 4(quatro) rendeiras e de um a dois salários mínimo 3 (três) rendeiras. Vale

salientar, que uma das rendeiras é pensionista, sendo umas das rendeiras mais experientes e que produz muitas vezes mais que as outras, devido ao seu tempo de associação e de produção de rendas. A figura 14 mostra estes resultados.



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com a segunda sessão do questionário aplicado com as 10 (dez) rendeiras, temos os seguintes resultados. Ver figura 15.

FIGURA15: Quadrosobre a ASCAMP e a opinião das associadas

Questões	Opções de respostas	Porcentagem (%)
➤ A ASCAMP possui sede própria?	✓ Sim	100%
	✓ Não	0%
➤ A gestão pública Municipal Contribui para a melhoria econômica dos associados?	✓ Sim	100%
	✓ Não	0%
➤ Você acha que é importante a participação	✓ Sim	100%
	✓ Não	0%

dos sócios nas reuniões realizadas pela ASCAMP?		
➤ Em sua opinião, a gestão municipal poderia contribuir mais para o desenvolvimento da associação e da comunidade?	✓ Sim	90%
	✓ Não	1%
➤ Os membros da associação participam das decisões da associação?	✓ Sim	100%
	✓ Não	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Ainda com relação à segunda etapa do questionário foi perguntado as rendeiras como a gestão municipal poderia contribuir para o desenvolvimento da associação? 5(cinco) rendeiras responderam que através da compra da matéria prima, já que não são todas as vezes que elas recebem ajuda de custo da então estilista Martha Medeiros.3(três) responderam que a gestão poderia ajudar na capacitação de jovens rendeiras, através de cursos, e oferecendo exames oftalmológico para as rendeiras, já que o trabalho lento e detalhista afeta muito a visão destas trabalhadoras, principalmente na confecção da renda colorida quando trabalhada no período noturno.

Já na terceira e última sessão foi perguntado o que mudou na sua vida depois de tornar-se membro da ASCAMP? Todas as rendeiras responderam que a principal mudança de vida foi a renda familiar que aumentou consideravelmente, conseguindo agora comprar bens que antes não tinham acesso.

Neste contexto, vale salientar que o trabalho das rendeiras é uma forma de artesanato, onde cada uma produz de forma isolada, e muitas vezes peças únicas. Portanto, para Pereira (2009), o artesanato, embora requeira do artesão a transformação de matéria inanimada em peças de arte, através de trabalho manual ou com uso de equipamentos que não caracterize a industrialização, pode ser feito apenas pelo artesão, de forma isolada.

Ainda perguntou-se quais as principais dificuldades que a ASCAMP enfrenta? 8(oito) rendeiras responderam que é a venda, ou melhor, a não venda, já que a renda é muito desvalorizada na região do cariri paraibano; e 2(duas) não responderam.

Na mesma sessão vejamos a figura 16 com mais perguntas abordadas ao longo do questionário.

FIGURA16 -Quadro sobre a opinião das associadas e a renda

Questões	Opções de respostas	Porcentagem (%)
➤ Na sua opinião você acredita que a associação melhora o desenvolvimento da cidade?	✓ Sim	100%
	✓ Não	0%
➤ Você está satisfeita com o seu trabalho na associação?	✓ Sim	100%
	✓ Não	0%
➤ Você acredita que a renda que você produz deveria ser mais valorizada?	✓ Sim	100%
	✓ Não	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com a primeira questão do quadro a maioria das rendeiras respondeu que a associação melhora o desenvolvimento da cidade na geração de trabalho e renda. Quanto à segunda pergunta do quadro, a maioria respondeu que está satisfeita, pois seu único ganho financeiro vem da associação. E em relação à última pergunta do quadro foi respondida por 100% das rendeiras que a renda deveria ser mais valorizada, porque dar muito trabalho de se fazer.

Ainda na última sessão foi perguntado se existe alguma sugestão, crítica ou comentário que você gostaria de fazer e não foi contemplado nas perguntas anteriores? Se sim, qual? 90% das rendeiras não quiseram opinar, apenas 1 (uma) que é a presidente da associação e ex rendeira falou o seguinte comentário:

Sinto-me com a consciência tranquila em poder ajudar esse público. Fui a única pessoa que se interessou desde o princípio e estou até agora lutando por elas. Sei de todas as dificuldades, são mulheres guerreiras, que gostam do que faz. Entendo as jovens por não quererem entrar no mundo da renda. É um mundo pobre e ao mesmo tempo rico, pobre no sentido de não ser valorizado, produzem muito e ganham pouco, e rico no sentido de beleza e satisfação no que faz, em poder desmanchar um novelo de linha e ver a arte bela no final. É uma pena que nossa associação daqui a alguns anos possa ser

extinguida por não haver mais rendeiras, mas fico com a consciência tranqüila que lutei, luto, e enquanto tiver vida estarei ao lado delas sempre. Maria Marli (Maria Marli – Presidente da Associação ASCAMP).

Sendo assim, observa-se que a associação possui um papel fundamental para o desenvolvimento local e para a vida das pessoas envolvidas neste processo. Melhoram desde a auto-estima, valorização social até as suas finanças. Os ganhos sociais e econômicos desta associação são incalculáveis, já que transformam vidas e proporcionam assim melhoria do bem estar da comunidade.

Portanto, através de uma comunidade e de uma gestão pública eficiente engajados nos movimentos associativos teremos mais chances de vencer as desigualdades sociais e econômicas, transformando sobremaneira a sociedade como um todo. A associação une pessoas, objetivos, metas e desejos pessoais e profissionais, e por isso, deve ser sempre valorizada, para que formemos cidadãos mais críticos e conscientes da realidade, para que mudem a realidade local e consigam de fato o desenvolvimento sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os objetivos apresentados no trabalho percebeu-se uma compreensão integral da importância do desenvolvimento local com base no estudo sobre o projeto Rendas do Cariri, que tem como principal protagonista as mulheres rendeiras na fabricação da Renda Renascença na Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB como formas de desenvolvimento local.

No entanto, explanou-se o conceito de associação e desenvolvimento local, contemplando alguns autores, porém, verificando que o desenvolvimento local é um conceito ainda em construção e que precisa ser melhor estudado para que se tenham resultados mais plausíveis pela academia.

Demonstrou-se que as práticas e ações da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú (ASCAMP) para o desenvolvimento local estão justamente na confecção de roupas, e com isso há a geração de trabalho e renda, além de melhorias sociais.

Explanou-se ainda a importância da Renda Renascença para o desenvolvimento local, que através de renda gerada, da melhoria da auto estima, da formação do cidadão mais consciente diante da realidade e da luta por melhores condições se busca o desenvolvimento local de forma mais sustentável, mas ainda bastante distante do necessário.

Percebeu-se ainda, ao longo do estudo que há uma grande exploração da força de trabalho das mulheres rendeiras, que se sujeitam a precarização do trabalho para garantir um complemento ou única fonte de provento para elas e sua família.

Além disso, verifica-se também o grande problema enfrentado pelas rendeiras, que é o caso dos atravessadores, pessoas que adquirem suas peças a preços baixos e revendem a preços superiores, deixando assim uma margem de lucro muito pequena para as mulheres rendeiras. Sendo, portanto, o ideal neste tipo de produção a exclusão do atravessador, para que assim obtenham mais lucros e tenham uma melhor qualidade de vida.

As rendeiras proporcionam uma lição eterna de vida, sem desprezarem a ciência, a inovação e a tecnologia, e suas ações solidárias em favor do emprego e dos valores do conhecimento. Com humildade e disciplina são capazes de conviver com os rigores do subdesenvolvimento econômico, guardando os paradigmas do trabalho digno. E que mesmo assim, provocam determinado grau de desenvolvimento local, mesmo que de forma limitada.

Contudo, o que se espera é que mudanças ocorram quanto as associações e seus atores sociais, utilizando-se como exemplo experiências associativistas bem sucedidas.

Vale ressaltar, que o papel da administração pública quanto ao apoio das associações deve ser feito como forma de libertação das mesmas, e não mera prisão para os associados, sem dever favor aos órgãos públicos.

Quanto a renda Renascença de forma geral entendeu-se que esta realmente possui grande importância nas famílias das rendeiras da associação do estudo, que além de terem maior renda, complementação de suas finanças, aumento da auto estima, valorização social, trabalho coletivo e igualitário, ainda provocam o desenvolvimento local.

No entanto, mudar a atitude do povo do Cariri no sentido de buscar desenvolver na população a capacidade de organizar, impulsionadora da participação política e do espírito empreendedor e cooperativo é fundamental. Em algumas cidades do Cariri essa atitude já começou a dar os primeiros passos, já em outras cidades ainda vivem a extrema pobreza, o coronelismo e a velha cultura política da troca de favores. Esse é um dos principais motivos do surgimento de desigualdades sociais e econômicas no desenvolvimento recente dos municípios da região do Cariri.

Portanto, com uma gestão pública eficiente, com um melhor gerenciamento das associações e com apoio da população da região ter-se-á um maior progresso destas associações, e conseqüentemente, melhoria das condições econômico-sociais de todos os envolvidos.

6 REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Ideias & letras, 2010.
- ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. *In*: CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 84-109.
- ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor**: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CHRISTUS, Nóbrega. **Renda renascença**: uma memória de ofício paraibana. João Pessoa: SEBRAE/PB, 2005.
- DE PAULA, Juarez. **Políticas de apoio ao desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://criseoportunidade.wordpress.com/2009/05/09/politicas-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-juarez-de-paula/>>. Acesso em: 27/03/2014.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. Volume I: teoria geral do direito civil. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FECHINI, Ingrid Farias. A construção cultural e identitária das rendeiras da Associação dos Artesãos de Monteiro (ASSOAM): entre o amor e a sobrevivência pela renda renascença. *In*: **Anais do Colóquio Internacional Paulo Freire**. Recife, 2005.
- FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses**: da redação científica à apresentação do texto final. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2011.
- Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Território do Cariri** - Perfil do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Território do - PB – Abril 2005 – Registros da versão preliminar.
- FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 4ª ed. Brasília DF: Instituto de política, 2001.
- FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**. 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 01/07/2014.
- IOSCHPE, Evelyn [et.al.]. **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.
- LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2010.

MARTINS, Orleans Silva. **Gestão contábil-administrativa nas organizações do terceiro setor.** QUALIT@S Revista Eletrônica, V6, 2007. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/83/82>>. Acesso em: 20/01/13.

MORAES, Carla Gisele Macedo S. M. **Renda, rendeira, renascença: arte, mercado e patrimonialização.** IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Grupo de Trabalho 38. Etnoarqueologia, Tecnologia, Interpretatividade do Registro Arqueológico e Patrimônio Cultural. 04 a 07 de agosto de 2013, Fortaleza - CE.

OLIVEIRA, (et al.). **Pacto Novo Cariri.** João Pessoa: SEBRAE/PB, 2005.

PEREIRA, Murilo Carneiro. **Economia Solidária: ensaio sobre empreendimentos solidários urbanos, para geração do trabalho.** Belo Horizonte: O lutador, 2009.

RAMÍREZ, Eduardo; & BERDEGUÉ, Júlio. **Ação coletiva e melhorias nas condições de vida da população rural.** In: ____ Relatório do Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento – SIDD/Canadá, 2011. Disponível em: <www.FondoMinkaCholavri.org>. Acesso em: 01/03/2014.

RAMPASO, Renata Favero. **Entenda o 3º Setor: Teoria e Prática.** LEAP, 2010.

SCHMITT, Valentina Gomes Haensel; MORETTO NETO, Luís. **Associativismo, comércio justo e o desenvolvimento territorial sustentável: a experiência da Toca Tapetes.** Artigo. Revista de gestão. 18,n. 3, p. 323-338, Julho-Setembro, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária.** Andre Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcante Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAJUVA, Pedro Claudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária.** Rio de Janeiro: FASE. UFRJ, 2009. 152 p.

VARELLA, Marcelo Dias; PLATIAU, Ana Flávia Barros. **Estímulo ao associativismo no Brasil: algumas propostas de políticas públicas.** Jul, 2003.

VIEIRA, Valter Afonso. Vieira. **As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.1, p.61-70, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.mouraconsultoria.com.br/artigo/Tipologia...pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

ZANLUCA, Júlio César. **Como funcionam as cooperativas?** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/cooperativas.htm>>. Acesso em: 01/03/2014.

Sites consultados:

As mulheres rendeiras do Cariri da Paraíba, nos dão uma lição eterna de vida.
Disponível em: <<http://portalsantoandreemfoco.com.br/index.php?option=com.content&view=article&id=1764:as-mulheres-rendeiras-do-cariri-da-paraiba-nos-dao-uma-licao-eterna-de-vida&catid=45:destaques>>. Acesso em: 01/03/2014.

Disponível em: <<http://www.livingdesign.net.br/2012/04/comeca-em-milao-a-exposicao-fronteiras.html/foto-2-renda-renascenca-do-projeto-desenvolvido-por-renato-imbroisi-imagem-lena-trindade>>. Acesso em:17/03/2014.

Disponível em: <<http://www.pinterest.com/pin/391250286347367938/>>. Acesso em: 17/03/2014.

Disponível em:<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/7661>>. Acesso em: 01/03/2014.

Disponível em:<<http://comparoni.wordpress.com/category/detalhes/>>. Acesso em:17/03/2014.

Disponível em:<<http://gshow.globo.com/novelas/flor-do-caribe/estilo-TV/noticia/2013/03/grazi-massafera-usa-vestido-de-noiva-curto-e-ousado-na-pele-de-ester.htm>> Acesso em: 19/03/2014.

Disponível em:< <http://atelierd madre.blogspot.com.br/> > Acesso em: 19/03/.2014.

Disponível em:<http://blogdacynthia.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html> Acesso em: 19/03/2014.

Disponível em:<<http://www.paraiwa.org.br/raiz/paraiwa.html>>. Acesso em: 01/03/2014.

Disponível em:<<http://www.cooperalianca.com.br/cooperativismo/cooperativa>>. Acesso em:02/032014.



Universidade Federal
de Campina Grande



APÊNDICE A - ENTREVISTA

Prezado (a) membro da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB, o presente instrumento de pesquisa constitui um dos elementos integrantes do trabalho de conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública - CDSA/UFCG, que deverá subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo, cujo objetivo central é analisar as práticas e ações da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB como formas de desenvolvimento local. Solicitamos sua colaboração no sentido de responder essa entrevista com precisão e possível prontidão ao roteiro aqui elaborado. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes, que neste estudo não há respostas certas ou erradas, bem como não haverá individualização de respostas. Esteja certo de que a sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Cientes de sua valiosa contribuição, agradecemos antecipadamente.

Valeria Soares de Lima Silva, graduanda. E-mail: valeria_original@hotmail.com
Msc. Luiz Antônio Coêlho da Silva, Prof.Orientador.E-mail: luidd@yahoo.com.br

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Gênero:
 Feminino Masculino
2. Faixa etária:
 18 a 21 anos 22 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos acima de 51 anos
3. Função ou Cargo Atual que exerce: _____
4. Quanto tempo aproximadamente o(a) senhor(a) participa da Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB?
 menos de 03 anos 4 a 10 anos 11 a 20 anos 21 a 30 anos acima de 30 anos
5. Sua escolaridade:
 alfabetizado não alfabetizado 1ª a 4ª série
 fundamental incompleto fundamental completo
 Ensino Médio incompleto Ensino Médio completo

6. Qual é a sua renda mensal?

- menos de 1 salário mínimo 1 a 2 salários mínimo
 até 1 salário mínimo acima de 3 salários mínimo

7. A Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB possui sede própria?

- sim não

8. A gestão pública municipal contribuiu para a melhoria econômica dos associados?

- sim não

9. Você acha que é importante a participação dos sócios nas reuniões realizadas pela Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB?

- sim não

10. Em sua opinião, a gestão municipal poderia contribuir mais para o desenvolvimento desta associação e da comunidade? sim não

Se sua resposta for sim, como? _____

11. O que levou você a fazer parte dessa associação?

12. Os membros da associação participam das decisões da associação?

- sim não

13. O que mudou em sua vida depois de tornar-se um membro desta associação?

14. O que você acha que poderia ser feito para melhorar a associação que você participa?

15. Em sua opinião quais são as principais dificuldades que a Associação Comunitária das Mulheres Produtoras de Camalaú/PB enfrenta?

16. Em sua opinião, você acredita que sua associação melhora o desenvolvimento da cidade em que você mora?

sim não

De que forma? _____

17. Você está satisfeita com o seu trabalho na associação?

sim não

Por quê? _____

18. Em que a confecção da renda mudou sua vida?

19. Você acredita que a renda que você produz deveria ser mais valorizada?

sim não

Por quê? _____

20. Existe alguma sugestão, crítica ou comentário que você gostaria de fazer e não foi contemplado nas perguntas anteriores? Se sim, qual(is)?

Obrigado pela contribuição solidária!

APÊNDICE B- Imagens da ASCAMP



Fonte: Imagens tiradas pela pesquisadora (2014).